

# **TRABALHO DE CAMPO NO VALE DO JEQUITINHONHA: UMA POSSIBILIDADE DE APROXIMAÇÃO DA REALIDADE DO CAMPO**

Dra. em Geografia - Maria de Fátima Almeida Martins  
falmartins@ufmg.br

Ms. Em Geografia- Ana Maria Simões Coelho  
amsimoes.ufmg@gmail.com

## **INTRODUÇÃO**

O trabalho de campo a que se refere o título deste artigo foi realizado como parte de uma pesquisa que tem por objetivo identificar as especificidades dos saberes e das práticas dos licenciandos que os referenciam ao campo. Esses saberes são importantes no contexto de sua formação na Área de Ciências Sociais e Humanidades, isto é, como futuros professores da educação básica do campo.

A formação desses professores teve lugar no curso de Licenciatura em Educação do Campo, oferecido pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Esse curso surgiu a partir das possibilidades delineadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9394/96 – para essa modalidade de educação, a qual, mais recentemente, ganhou relevância com o decreto presidencial de 04 de novembro de 2010. A necessidade de identificar esses saberes e práticas surgiu no contexto das discussões em torno da constituição desse curso, com o sentido de conhecer e fortalecer os sujeitos no lugar em que realizam a sua prática socioespacial.

Sendo o objetivo central do curso a formação de professores para atuar de acordo com os princípios da educação do campo, e tendo sido seu currículo organizado por áreas de conhecimento (Área de Ciências da Vida e da Natureza; Área de Ciências Sociais e Humanidades; Línguas, Artes e Literatura e Matemática), encontramos-nos diante do desafio de pensar no sentido e nas necessidades de uma educação do/no campo, cuja prática pudesse colocar-se para além das disciplinas instituídas, isto é, que possibilitasse a realização de um trabalho integrado com os conteúdos de ensino e aprendizagem. É

preciso destacar que, em sua particularidade como lugar de formação do professor do campo, o curso procurou (re)significar e qualificar a ação dos sujeitos que estão envolvidos na ação educadora do/para o campo.

A adjetivação de *educação* na expressão *educação do campo* é entendida, aqui, como necessária para qualificar e demarcar as práticas pertinentes à educação referidas à espacialidade do campo.

Por um lado, consideramos que essa adjetivação está circunscrita ao âmbito do político, vinculada às lutas sociais de afirmação dos direitos dos sujeitos que vivem no ou do campo. Compreendendo que se faz educação para e pela autonomia dos sujeitos, e esses estando no ou sendo do campo, vivendo relações sociais específicas da vida no e do campo, devem ser educados para que “[...] se organizem e assumam a condição de sujeitos da direção de seu destino”. (CALDART, 2008, p. 151).

Por outro lado, ao ajuizar a educação do campo não podemos pensá-la em oposição à educação da cidade, sem relacioná-la com a problemática das relações campo-cidade. A educação do campo deve ser pensada a partir da divisão campo-cidade, primeira divisão social do trabalho. Nesse sentido, a educação do campo deve constituir um projeto transformador, isto é, deve ir além de reforçar, no próprio local, o lugar social que o campo tem tido, sob pena de tornar-se apenas um projeto reformista. Entendemos, assim, que a adjetivação da educação é importante sob vários aspectos apontados, por exemplo, por Caldart (2008), mas a questão, no nosso entendimento, deve ser abordada sempre na perspectiva mais geral das relações de reprodução da sociedade capitalista como um todo.

Ao pesquisar elementos que consideramos fundamentais numa proposta de formação de professores do campo, torna-se importante retomar o movimento que desencadeou a construção de uma política para a educação nesse espaço. Como propósito de luta, esse movimento buscou romper com os sentidos que foram dados à educação “rural” formatada sob o signo do assistencialismo latifundiário – que reforçava a dominação assentada na prática da benemerência e a permanência da desigualdade do direito a terra – para pensar e formular, sob outros contornos e significados, a educação dos que vivenciam o campo e se

relacionam com a terra como lugar da existência e realização da vida. Como campo de luta política, o movimento pela educação ganha maior significado, na medida em que esclarece o processo em que se estruturam e se constituem as representações de rural e de urbano em nossa sociedade, que não pode ser separado da luta pelo espaço.

A educação que tem como preocupação esses novos sujeitos procura romper as amarras do tradicionalismo secular que marcou as relações no campo e fortalecer a luta pela terra:

O movimento por uma educação do campo recusa essa visão [do latifúndio], que concebe o campo como espaço de vida e resistência, onde camponeses lutam por acesso a terra e permanência nela, para edificar e garantir um *modus vivendi* que respeite as diferenças quanto à relação com a natureza, com o trabalho, sua cultura e suas relações sociais. Essa neoconcepção educacional não está sendo construída para os trabalhadores rurais, mas por eles, com eles, camponeses. Um princípio da Educação do Campo é que sujeitos da educação do campo são sujeitos do campo: pequenos agricultores, quilombolas, indígenas, pescadores, camponeses, assentados e reassentados, ribeirinhos, povos de florestas, caipiras, lavradores, roceiros, sem-terra, agregados, caboclos, meeiros, bóias-frias. (FERNANDES; MOLINA, 2005, p. 9)

O período mais recente do movimento de mudança teve início com a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Brasília, em 1998, e a II Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em 2004. Como ressaltam Fernandes e Molina, a partir dessas ações coletivas, e tendo como base e foco da discussão as experiências vivenciadas pelos movimentos, foi alcançada uma mudança qualitativa, na medida em que o estabelecimento dos sentidos para a educação do campo passou a ser mediado pelos movimentos dos camponeses e por organizações que acompanham a luta dos trabalhadores pela terra, como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera).

Entendemos que é, portanto, no contexto mais amplo da história da luta pela terra (da qual não falaremos aqui) e das ações de diferentes sujeitos que acreditam na educação do campo, que devem ser pesquisados os saberes constitutivos das práticas socioespaciais dos professores do campo, os quais fazem parte das preocupações que perpassam a elaboração do currículo da formação inicial desses professores.

Tendo em vista a especificidade da prática cotidiana desses licenciandos, sua participação no curso pode ser compreendida como sendo uma reflexão sobre a ação, como resalta

*TRABALHO DE CAMPO NO VALE DO JEQUITINHONHA: UMA POSSIBILIDADE DE APROXIMAÇÃO DA REALIDADE DO CAMPO* **Revista Geografares, n° 8, 2010**

Schon (1983, apud NÓVOA, 1997), ou uma ação da/na prática, por se tratar, ao mesmo tempo, de um momento de formação teórica (no que se refere à elaboração de sentidos e significados no contexto do conhecimento científico) e de uma prática, que poderá e tenderá a ser reflexiva, na medida em que esses alunos, que deverão atuar como educadoras e educadores, já estejam, em alguns casos, inseridos em ações educativas (escolares e comunitárias) em assentamentos ou acampamentos vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e à Via Campesina ou em comunidades rurais, vinculadas a outras entidades.

Desse modo, realizamos um trabalho de campo no vale do Jequitinhonha, com o objetivo de pesquisar elementos do cotidiano de educandos da área de Ciências Sociais e Humanidades do curso Pedagogia da Terra, a partir de seus métodos e da observação dos espaços de socialização dessas práticas no campo.

#### A PESQUISA DE CAMPO NO VALE JEQUITINHONHA

O percurso realizado teve como meta a observação de parte das áreas alcançadas pelas práticas dos três educandos mencionados. Para isso, o trajeto percorrido envolveu trechos das bacias do rio Pardo e do rio Jequitinhonha, onde predominam as características dos biomas do cerrado e da caatinga. A importância de destacar essa caracterização geográfica deve-se ao fato de esses biomas constituírem o ambiente onde os educandos vivem e realizam suas práticas. Em outras palavras, tais práticas expressam, quase sempre, hábitos culturais já tradicionalmente adequados às condições ambientais.

Os procedimentos de pesquisa utilizados foram a observação direta nos/dos espaços de vivência dos educandos, assim como a realização de entrevistas semiestruturadas com os sujeitos que participam das ações realizadas pelos licenciandos nesses espaços, sobre as práticas e os saberes que eles consideram relevantes, de modo geral, para a sobrevivência e reprodução da vida em sua comunidade.

A escolha desses procedimentos metodológicos teve como objetivo começar da prática cotidiana dos sujeitos envolvidos no contexto da educação do campo para, a partir dela, compreender de que maneira esses exercícios são entendidos por eles como formas de resistência à reprodução ampliada do capital no campo. Um segundo momento foi o de encontrar nesses saberes e práticas cotidianas dos licenciandos, a partir de um questionário aplicado a eles, a representação do que é específico do campo para pensar como essa especificidade pode ser articulada na construção de uma educação para o campo.

Nas respostas às perguntas do questionário aplicado aos licenciandos sobre os saberes e as práticas próprios do campo e que, no entender deles, deveriam ser levados em conta pela educação do campo, pudemos observar que a enumeração desses saberes e práticas está sempre referida ao que esses professores em formação consideram que sejam os objetivos da educação do campo, conforme explicitado pelos próprios respondentes:

- contribuir para emancipar os povos do campo, elevar o nível de consciência e colaborar na luta contra a opressão e o descaso;
- formar os sujeitos para continuarem no campo e para contribuírem no desenvolvimento do campo, proporcionando aos sujeitos do campo elementos que façam com que eles conheçam a sua realidade e possam interpretá-la e buscar transformá-la;
- identificar os desafios e as potencialidades dos povos do campo, para, assim, nos ajudar a fortalecer o amor e o gosto pela terra, possibilitando-nos conquistar uma qualidade de vida emancipada, livre das inúmeras armadilhas que nos impedem de sermos camponeses de fato;
- a educação é um direito universal que precisa ser compreendido como processo histórico que a humanidade acumulou, portanto o conhecimento não pode se separar no sentido de que o campo precisa de um conhecimento; e a cidade, de outro;
- formar sujeitos construtores da sua própria realidade, compreendendo-os como sujeitos de deveres e saberes; contribuir para pensarem coletivamente (educadores, educandos e comunidade) um projeto político-pedagógico voltado para a realidade da escola do campo; formar sujeitos com olhar crítico sobre a realidade social.

Quando se referem aos saberes propriamente ditos, ressaltam que estes devem envolver elementos da vida cotidiana do campo, além de outros aspectos:

- a história da comunidade, das pessoas, religiosidade, jogos, brincadeiras, cultivos que se destacam ou preferidos, condições em relação ao mercado (distância, transporte, armazenagem), existência de políticas públicas ou de relações paternalistas, necessidade de lutas para conquista de melhores condições (estradas, infraestrutura, escolas, transporte escolar, assistência médica, técnico em agroecologia), possibilidades de cooperativismo, limitações impostas pela

distância das cidades, ausência de acesso às mídias modernas, elaboração de planejamento escolar que aborde questões como a questão ecológica da reforma agrária, como manter os povos do campo no campo, com dignidade;

- necessidade de conceituar campo e cidade, explicitar a importância do campo como lugar de maior possibilidade de convivência com a natureza, como lugar da produção dos alimentos;
- saberes e práticas da vida, do cotidiano, do contexto, da relação camponês-terra, convivência, cultura, adaptação, identidade, enfim quem somos, onde estamos, para onde vamos;
- conhecer os educandos; considerar o saber local e o conhecimento prévio que os alunos trazem para a escola; relacionar o tema da aula com a realidade; desenvolver o senso crítico; fazer uso de práticas como cultivar horta, jardim, pomar, pintura de muros e murais; utilizar os espaços da escola em aulas práticas, por exemplo, sobre orientação; utilização de material local em aulas de práticas artísticas; ajudar a construção da história local por pessoas da comunidade, valorizando a história do lugar; promover a utilização do espaço da escola como espaço comunitário, propiciando o acesso da comunidade à biblioteca, à *internet*, aos espaços e materiais de esporte, lazer, e à utilização das salas de aula para cursos para a comunidade; esclarecer o processo de luta pela conquista da terra no estudo das relações campo-comunidade;
- saber popular, valorização do saber do outro, o tempo de cada um; o conteúdo deve contemplar a realidade local, mas ir para além do campo, também;
- a lida da roça, do cultivo que utiliza na medição dos grãos/sementes para plantar; a medida, o valor gasto e a venda da sua produção, esta diretamente voltada para o conhecimento da matemática, da economia, da geografia e outras; abordar a realidade do seu tempo histórico; as formas organizativas do bairro, do assentamento, da cidade, os usos, as relações culturais, sociais e econômicas, para compreender uma relação mundial histórica; pensar o campo não apenas como espaço, mas como relação em disputa de ideias e território, que é estratégico para pensar e propor outro projeto de sociedade.
- trabalhar a interdisciplinaridade dentro da escola; incentivar os educandos a dialogar e debater sobre os conteúdos desenvolvidos.

Consideramos que, por um lado, esse exercício de identificar os saberes e as práticas próprios do campo constitui parte do percurso formativo da própria área de Ciências Sociais e Humanidades, a qual funciona como uma referência para a definição dos conteúdos escolares a serem lecionados por esses futuros professores do campo. Por outro lado, a possibilidade de realização de uma educação do campo não se refere apenas a reconhecer aquilo que é específico do campo, mas, também – e as respostas dos licenciandos revelam isso – a compreender os diferentes nexos dos processos em que está inserida a vida social nesse espaço.

Parece-nos que o desafio é desenvolver uma proposta de ensino e aprendizagem na área de Ciências Sociais e Humanidades que possa convergir para uma experiência formativa, nos termos formulados por Adorno, de que: “[...] é preciso romper com a educação enquanto mera apropriação de instrumental técnico e receituário para a eficiência, insistindo no

aprendizado aberto à elaboração da história e ao contato com o outro não idêntico, o diferenciado”. (apud MAAR, 2003, p. 27).

É importante destacar que as observações *in loco* das práticas desenvolvidas pelos educandos em seus territórios de ação nos diversos espaços em que atuam foram bastante significativas e indicativas da presença e da mediação, nessas práticas, de sujeitos coletivos. Nos três municípios, Rio Pardo de Minas, Jequitinhonha e Almenara, foram visitados espaços de atuação dos educandos.

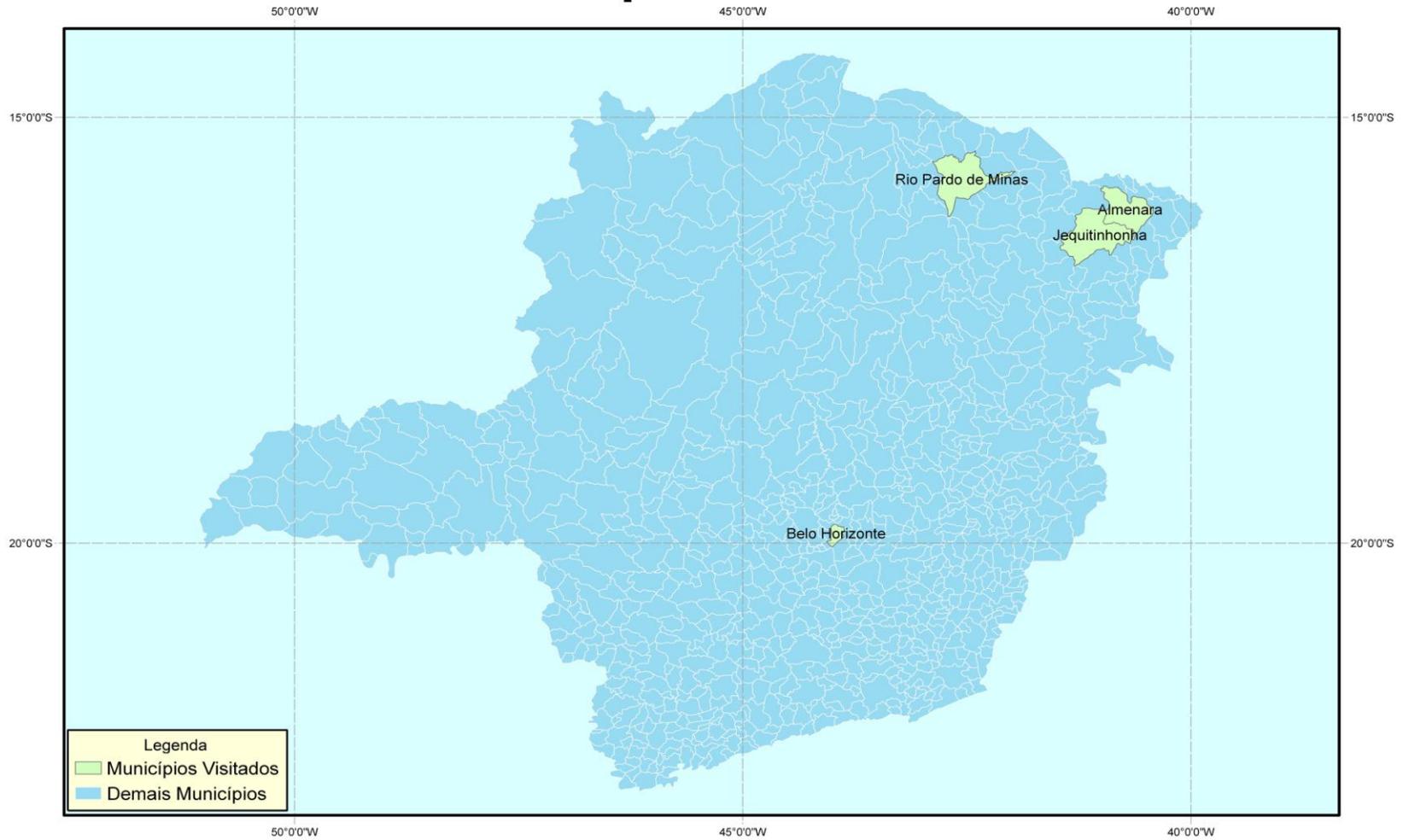
#### UM POUCO DE GEOGRAFIA DO/NO CAMPO

Em cada município (veja-se abaixo mapa de localização dos municípios visitados), foram visitadas as seguintes comunidades:

- Rio Pardo de Minas – Comunidades de Água Boa e Vereda Funda.
- Jequitinhonha – Assentamento Franco Duarte.
- Almenara – Acampamento 16 de Abril e Comunidade da Sapata.

# Minas Gerais

## Municípios Visitados



1:6.671.162



Em cada um dos três Municípios visitados, as práticas de atuação dos educandos estão bem recortadas pelas mediações referenciadas por movimentos e instituições específicas, a saber:

- Centro de Agricultura Alternativa – CAA;
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Pardo de Minas;
- *Caritas* Diocesana, sediada em Jequitinhonha; e
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

Essas formas de organização da sociedade civil mostram a importância da presença e da ação desses sujeitos coletivos no campo, com os quais os alunos estão diretamente envolvidos, tratando de questões, tais como: a propriedade da terra, a luta por condições de permanência no campo, a necessidade de introdução de novas técnicas de manejo da terra, especialmente a agroecologia, bem como a conscientização sobre a necessidade de constituição de redes para a multiplicação de práticas e saberes outros.

Chegamos a Rio Pardo de Minas no final da manhã de um sábado, a tempo de vermos o movimento da feira local, onde os pequenos agricultores familiares comercializavam sua produção. Ali, pudemos ver, de forma concreta, um pouco da contradição do mundo moderno, marcada pela presença de produtos tecnológicos ao lado de produtos oriundos da agricultura familiar, cujas práticas cotidianas estão referenciadas pela vida do campo. Observamos, também, que as condições de exposição dos produtos são muito precárias, sendo que existe a promessa, feita pelo prefeito, de construção de um espaço adequado para a instalação do mercado municipal.

À tarde, visitamos a comunidade de Água Boa, onde vive Seu Antônio, antigo morador da localidade. Uma das primeiras observações feitas por Seu Antônio foi que seus filhos “estudaram pouco para trabalhar na cidade” e, por isso, o ajudam nas tarefas da roça. Ele falou, também, das mudanças alcançadas no seu trabalho de agricultor a partir da presença e ensinamentos do licenciando e representante do Sindicato e do CAA, que lhe faz visitas frequentes. Essa intervenção tem levado Seu Antônio a aderir à prática da agroecologia, consciente de que o desenvolvimento de sua plantação será mais lento, e que os produtos

talvez tenham tamanho menor. Seu Antônio aprendeu a fabricar um adubo foliar orgânico líquido, que utiliza, e é um dos agricultores que, nas manhãs de sábado, comercializa seus produtos na feira de Rio Pardo de Minas. Ele leva mel e farinha de mandioca para a feira. Sua esposa faz chapéus de palha do coco licuri, biscoitos, cofres de barro e cultiva plantas medicinais para vender na feira. Ela está frequentando a educação de jovens e adultos.

No dia seguinte, partimos para a Comunidade da Vereda Funda, distante 45 km de Rio Pardo de Minas. A história dessa Comunidade remonta à luta para obter o direito de uso da terra contra uma empresa de plantação de eucalipto que detinha, ilegalmente, sua posse. Nessa Comunidade, visitamos Seu Arcilo, agricultor familiar também adepto da agroecologia. Para ele, essa prática vai além de uma técnica de manejo agrícola, pois constitui uma filosofia de vida, presente nos atos e formas de organização cotidiana de sua vida e da vida de sua família, voltados para o reforço de valores como a cooperação e a solidariedade.

Seu Arcilo se queixa de que a escola que atende à Comunidade é ruim devido a uma série de fatores que ele menciona. Ele ressentido-se, por exemplo, de que os professores da escola não o tratam bem, talvez, segundo ele, por ser um agricultor. Os professores não são da Comunidade e desconhecem os saberes dos agricultores. Nesse ponto, Seu Arcilo destacou a interdependência existente entre as profissões. Ele reiterou que os pais querem ser bem tratados na escola onde seus filhos estudam; seria preciso que se educassem os professores, para que estes recebessem bem os pais de alunos.

Para ele, falta bom senso na relação entre a escola e a Comunidade. Ele leva os filhos menores para brincar em sua plantação, a fim de que adquiram, em meio à brincadeira, noções do trabalho na terra.

Os estudantes da Comunidade que querem cursar o Ensino Médio encontram dificuldades, porque as escolas que têm esse nível de ensino ficam muito distantes, e alguns pais não permitem que seus filhos enfrentem uma viagem mais longa, servindo-se de meios de transporte e estradas quase sempre precários. Assim, os que estudam têm de migrar para a

cidade, que fica a mais de 40 km de distância. Há uma escola mais próxima, no município de Novo Horizonte, mas não há consenso entre os municípios quanto à abertura de vagas para a comunidade; assim, os alunos vão ficando sem poder se matricular.

A prática da agricultura agroecológica tem dado destaque à Comunidade da Vereda Funda e, por isso, Seu Arcilo recebe a visita de pessoas e estudantes de várias partes do Brasil e do Mundo. Ele enfatiza que isso possibilita a troca de saberes entre os agricultores, além disso, os visitantes têm trazido melhorias para a população local. Para ele, a agricultura sustentável deve produzir diferentes tipos de alimentos, isto é, deve produzir todo o necessário para a subsistência da família. Seu Arcilo mencionou, durante a conversa, que percebeu o aumento do nível freático local após a retirada das plantações de eucalipto da região.

No dia seguinte ao da visita à Comunidade da Vereda Funda, partimos para as cidades de Jequitinhonha e Almenara. Nesses dois municípios, as práticas dos licenciandos ocorrem no âmbito da mobilização política. Visitamos, pela manhã, a Escola Municipal existente no distrito de São Pedro do Jequitinhonha.

Para alcançar esse distrito, foi necessário atravessar o rio Jequitinhonha numa embarcação mantida pelo poder público municipal, meio de transporte que é também utilizado por professores e alunos da Escola. À tarde, visitamos o Assentamento Franco Duarte, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), também localizado no município de Jequitinhonha, às margens da rodovia que liga a BR 116 à cidade de Jequitinhonha.

Os licenciandos nos relataram que os jovens não querem permanecer no campo, por falta de trabalho remunerado. Além disso, o trabalho no campo é árduo, não só pela carga física, mas, também, porque é necessário participar ativamente dos movimentos sociais de luta pela terra, isto é, para a permanência no campo. É necessário muito trabalho, para manter as pessoas no movimento e nas comunidades. Eles relataram, também, que a maioria dos professores não tem conhecimento das condições de atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e resiste às ações do MST.

Alguns se interessam em saber como os alunos vivem no Assentamento, mas são poucos. Grande parte das pessoas da região é dependente de aposentados, o que tem configurado uma condição para que elas permaneçam no campo, enquanto quem não tem o “arrimo” de um aposentado acaba indo para a cidade.

No Assentamento Franco Duarte, destaca-se, de maneira aguda, a questão da falta d’água como um dos maiores problemas a serem resolvidos. Durante o período de seca, a falta de água chega a inviabilizar a produção agrícola. Essa questão foi pautada no Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA).

Para os licenciandos que exercem suas práticas em Jequitinhonha e Almenara, as áreas de Ciências Sociais e Humanidades são importantes para o prosseguimento da Educação do Campo, na medida em que se trate de um âmbito que abre perspectivas teóricas para a compreensão da realidade social nos domínios da reprodução das relações sociais, o que possibilita aos licenciandos uma maior aproximação e reflexão sobre essas áreas de saberes.

O conhecimento de políticas públicas é fundamental para se pensar o restante das condições do campo. Os trabalhadores que carecem de técnicas para a produção precisam de recursos, água inclusive, e esses recursos passam pela atuação pública, para viabilizar o restante dos processos.

O curso de Licenciatura em Educação do Campo pode ser mais útil para a formação de profissionais que atuarão em outros espaços, como, por exemplo, o da formulação de políticas públicas, ou para a formação de gestores de escolas do que propriamente de professores, já que os diretores coordenam a formulação dos projetos pedagógicos, tornando assim possível produzir um projeto pedagógico que não menospreze a vida no campo, como ocorre atualmente.

No último dia da viagem, visitamos o Acampamento 16 de Abril, do MST, localizado no município de Almenara, onde conversamos com os jovens dali sobre o que pensavam dos conteúdos escolares que estudavam na escola que frequentam. Esses estudantes nos

falaram, com certo espanto, da falta de conhecimento dos professores da escola sobre o que é a vida no Acampamento. Chegaram a se queixar do fato de que alguns indagavam sobre sua rotina de vida, pois esses alunos não consideravam interessante terem que esclarecer aos professores sobre suas condições de vida. Na visão desses jovens, eles iam à escola para aprender com os professores, e não para ensinar a eles. Por esse motivo, inclusive, alguns tinham perdido o interesse e abandonaram a escola.

Em que pese o evento de não sabermos exatamente como se dava essa tentativa de diálogo por parte dos professores, ficamos surpresas com o fato de os estudantes não considerarem importante a curiosidade dos educadores sobre suas condições e formas de viver e não se interessarem em estabelecer um diálogo com eles.

À tarde, no mesmo dia, fomos até à comunidade conhecida como Sapata, onde moravam muitos membros de uma mesma família, voltados para a produção de mandioca. A comunidade dispõe de uma pequena fábrica de farinha de mandioca de uso comunitário, que fora construída a partir de um projeto da *Caritas* Diocesana, sediada em Jequitinhonha, projeto do qual um dos licenciandos participou, desde a mobilização até à concretização.

#### APROXIMAR SEM REDUZIR: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Primeiramente, gostaríamos de ressaltar que as considerações que pretendemos fazer aqui caminham no sentido de compreender a prática de campo tanto na Geografia quanto fora dela, como uma das formas possíveis de aproximação do conhecimento sobre as diferentes práticas espaciais e os saberes que estas contêm.

Contudo, ressaltamos que, ao nos aproximarmos para melhor apreendermos, não podemos reduzi-lo ao foco das lentes que o alcançam. Um autor que problematizou a pesquisa de campo evidencia que isto:

O trabalho de campo, para não ser somente um empirismo, deve articular-se à formação teórica que é, ela também, indispensável. Saber pensar o espaço não é colocar somente os problemas no quadro local: é também articulá-los,

eficazmente, aos fenômenos que se desenvolvem sobre extensões muito mais amplas. (LACOSTE, 1985, p. 20).

O exercício reflexivo sobre a pesquisa nos espaços de atuação dos licenciandos revelou-se uma excelente articulação entre a prática e as discussões curriculares.

Gimeno Sacristán e Perez Gómez (2000, p. 113) são autores que veem uma relação extremamente importante e próxima entre o ensino e o movimento, que culmina com a organização e a elaboração de atividades do currículo, ou seja:

[...] é preciso ver o ensino não na perspectiva de ser atividade instrumento para fins e conteúdos pré-especificados antes de empreender a ação, mas como prática, na qual esses componentes do currículo são transformados e o seu significado real torna-se concreto para o aluno/a.

Nessa perspectiva, refletir sobre as especificidades dos saberes dos professores do campo nos remete também a questões relativas à sociedade e aos sentidos da educação, ou seja, leva-nos a pensar sobre uma forma de a educação poder alcançar o desejável, ir além e chegar aos diferentes espaços, como objetivo e sentido, de maneira emancipatória.

Assim, ao realizar esse movimento de reflexão sobre os saberes do campo e sua relação com a e na formação social, o “[...] essencial é pensar a sociedade e a educação em seu devir” (MAAR, 2003, p. 12).

Essa perspectiva apresenta elementos que consideramos respeitáveis para a prática e a formação do professor do campo, na medida em que reconhece ser essencial a educação como processo e, mais, à medida que a vida e a experiência como realização passam a ser fundamentais como elementos formadores dos sujeitos na educação.

Em outras palavras,

[...] só assim seria possível fixar alternativas históricas tendo como base a emancipação de todos no sentido de se tornarem sujeitos refletidos da história, aptos a interromper a barbárie e a realizar o conteúdo positivo, emancipatório, do movimento de ilustração da razão. (MAAR, 2003, p. 12).

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Márcia Regina; DI PIERRO, Maria Clara. A construção de uma política de Educação na Reforma Agrária, In: ANDRADE, Márcia Regina, et. al. (Orgs.). **A educação na reforma agrária em perspectiva: uma avaliação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária**. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: Pronera, 2004.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. (Orgs.). **Por uma educação do campo**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. **O campo da Educação do campo**. Mimeo, pdf, 2005.

LACOSTE, Yves. A pesquisa e o trabalho de Campo. Seleção de textos 11. Co-edição AGBSP/AGB nacional. São Paulo, 1985. p.01-23. In: SILVA, Flávia Elaine. Aproximar sem reduzir: as derivas e a pesquisa de campo em Geografia urbana. **Geosp** – Espaço e Tempo, São Paulo, 2004, n. 15, p. 139-149.

MAAR, Wolfgang Leo. À guisa de introdução: Adorno e a experiência formativa. In: ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. 3. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

SACRISTÁN, J. Gimeno, PEREZ GÓMEZ, A. I. **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SCHÖN, Donald A. Formar professores como profissionais reflexivos. IN: NÓVOA, António (Org.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997.

## RESUMO

Este texto é fruto da experiência que tivemos na visita de campo ao Vale do Jequitinhonha (MG), lugar de referência e atuação de três educandos do curso de Licenciatura do Campo – Pedagogia da Terra –, integrantes da turma iniciada em dezembro de 2005, na Faculdade de Educação da UFMG. Essa turma marcou o início de nossas reflexões e nossa prática, com a formação e o ensino da Área de Ciências Sociais e Humanidades para professores que atuarão na educação do/no campo. Os relatos, as análises e as aproximações com os saberes e fazeres do campo apresentados aqui resultam das observações e do acompanhamento realizados nos locais de estágio dos referidos educandos. Estes residem

nas cidades de Rio Pardo de Minas, Jequitinhonha e Almenara, mas suas práticas se realizam no campo, relacionada, respectivamente, à atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Pardo de Minas; do Centro de Agricultura Alternativa (CAA); da *Caritas* Diocesana, sediada em Jequitinhonha; e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em Jequitinhonha e Almenara.

Palavras-chave: educação do campo; formação de educadores do campo; saberes do campo.

#### ABSTRACT

This text tells of the experience we had in a field trip to the Jequitinhonha Valley, the place of reference and action of three students who were part of the first group of the teacher education course turned to the formation of teachers to work in rural areas, which started in December of 2005 in the Faculty of Education of the Federal University of Minas Gerais. With this group we began our reflections and practice with the education of teachers to work in rural areas, and also with the teaching in the field of Social Sciences and Humanities for these teachers. The analyses and approximations of the knowledge and practices of people who live in rural areas, which are presented here, are the result of the observations and follow up of these students in the places where they had their teaching training. They live in the towns of Rio Pardo de Minas, Jequitinhonha and Almenara, but their practice takes place in the rural area and is related, respectively, to the actions of the Syndicate of the Rural Workers of Rio Pardo de Minas and of the Center for Alternative Agriculture (CAA); of the Diocesan *Caritas*, which has its siege in Jequitinhonha; and of the Movement of the Rural Workers Without Land (MST) in Jequitinhonha and Almenara.

Keywords: education of teachers to work in rural areas.